



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt, Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2017 foi de 5,71 MWh. É responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 11.329 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km², e 24 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 196 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 62 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WWCC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quarto ciclo da revisão tarifária da Mux energia ocorreu em julho de 2017, sendo que o 5º CRTP ocorrerá 05 anos após esta data. As metodologias aplicadas à quarta revisão tarifária periódica das concessionárias estão definidas nos Módulos 2 e 7 PRORET – Procedimentos de



Regulação Tarifária, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste/Revisão Tarifária 2017

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.270 de 11 de julho de 2017 homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da Mux Energia. As tarifas foram, a partir de 22 de julho de 2017, em média reajustadas em 5,44%.

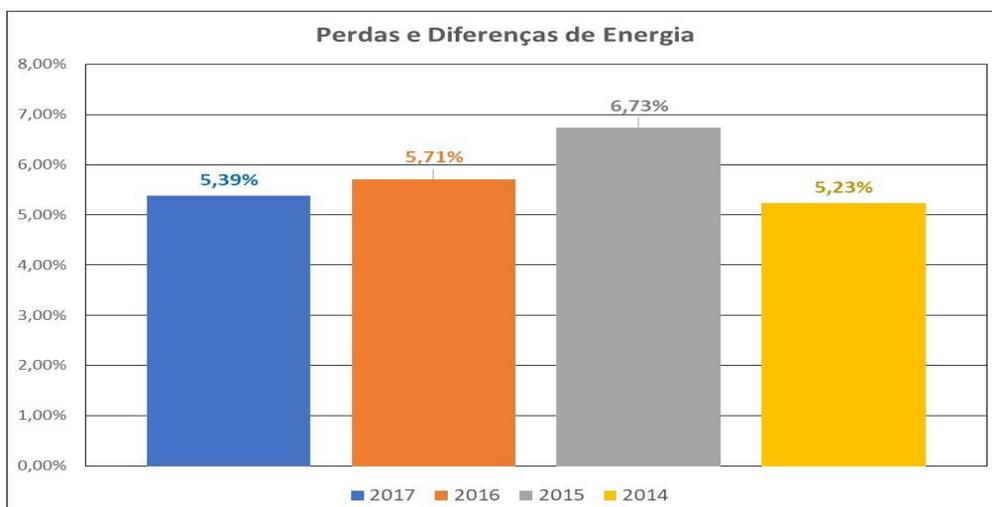
Desempenho Operacional

O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida e gerada para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2017. A disponibilidade de energia requerida em 2017 totalizou 62.906 MWh. Com queda de 7,40% em relação à 2016. Do total da energia requerida, a geração própria representou 9,16%, o suprimento representou 90,81% e a micro e mini geração distribuída 0,03%.

	Balanço Energético em MWh				Taxa de Crescimento %		
	2017	Part %	2016	Part %	2017/2016	2016/2015	2015/2014
Suprimento Rio Grande Energia	57.127	90,81%	63.439	93,38%	-9,95%	6,06%	1,87%
Geração Própria - Usina Avante	5.759	9,16%	4.487	6,60%	28,37%	-26,89%	-9,33%
Micro e Mini Geração Distribuída	19	0,03%	7	0,01%	154,35%	0,00%	0,00%
Total Energia Requerida Mercado MUX	62.906	100,00%	67.933	100,00%	-7,40%	3,00%	0,71%
Fornecimento Energia Faturada	59.067	82,91%	63.903	90,54%	-7,57%	3,89%	-0,88%
Consumidor Livre - PLASBIL	8.334	11,70%	2.646	3,75%	215,01%	0,00%	0,00%
Perdas e diferenças de Energia	3.839	5,39%	4.030	5,71%	-4,74%	-9,25%	29,61%
Total de Energia Injetada	71.239	100,00%	70.578	100,00%	0,94%	7,01%	0,71%

Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a disponibilidade total de energia e a energia faturada dos clientes pelo total da energia disponibilizada de suprimento e geração. Ao longo dos últimos anos as perdas da Mux energia se mantém estáveis, tendo alcançado um nível satisfatório, considerado baixo em comparação aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A Mux energia busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos ou melhorias.





Mercado de Energia Vendida

A distribuição de energia na área de concessão da Mux energia no ano de 2017, foi de 67.375 MWh (66.524 MWh em 2016).

Dentre as classes de consumo, a com maior relevância é a industrial que representa 36,28% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 92% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico e fabricação de frutas cristalizadas e balas.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Classe	2017 (MWh)	Part %	2016 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2017/2016	2016/2015
Residencial	18.230	27,06	17.807	26,77	2,38	6,04
Industrial	24.444	36,28	29.875	44,91	-18,18	2,01
Comercial	10.561	15,67	10.457	15,72	0,99	1,58
Rural	224	0,33	79	0,12	183,54	-2,47
Poder Público	771	1,14	790	1,19	-2,41	16,69
Iluminação Pública	3.243	4,81	3.102	4,66	4,55	16,18
Serviço Público	1.568	2,33	1.769	2,66	-11,36	5,11
Consumidor Livre	8.334	12,37	2.645	3,98	215,09	-
Total	67.375	100,00	66.524	100,00	374,60	45,15

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux energia no ano de 2017 atingiu 11.329 consumidores, um crescimento de 2,13% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 235 unidades consumidoras, destas 222 são residenciais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Classe	2017	Part %	2016	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2017/2016	2016/2015
Residencial	9.528	84,10	9.306	83,89	222	2,39	2,02
Industrial	82	0,72	87	0,78	-5	-5,75	-6,45
Comercial	1.590	14,03	1.572	14,17	18	1,15	2,81
Rural	24	0,21	24	0,22	0	0,00	-
Poder Público	82	0,72	81	0,73	1	1,23	12,50
Iluminação Pública	6	0,05	6	0,05	0	0,00	-
Serviço Público	16	0,14	16	0,14	0	0,00	-5,88
Consumidor Livre	1	0,01	1	0,01	0	0,00	-
Total	11.329	100,00	11.093	100,00	236	-0,98	5,00

Qualidade do fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de



interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 43 minutos em 2017. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2015		2016		2017	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	11	4,87	10	6,10	9	1,97
FEC (nº vezes)	10	5,15	9	4,44	8	3,59
TMA (minutos)	-	44	-	45	-	43

* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

Desempenho econômico-financeiro

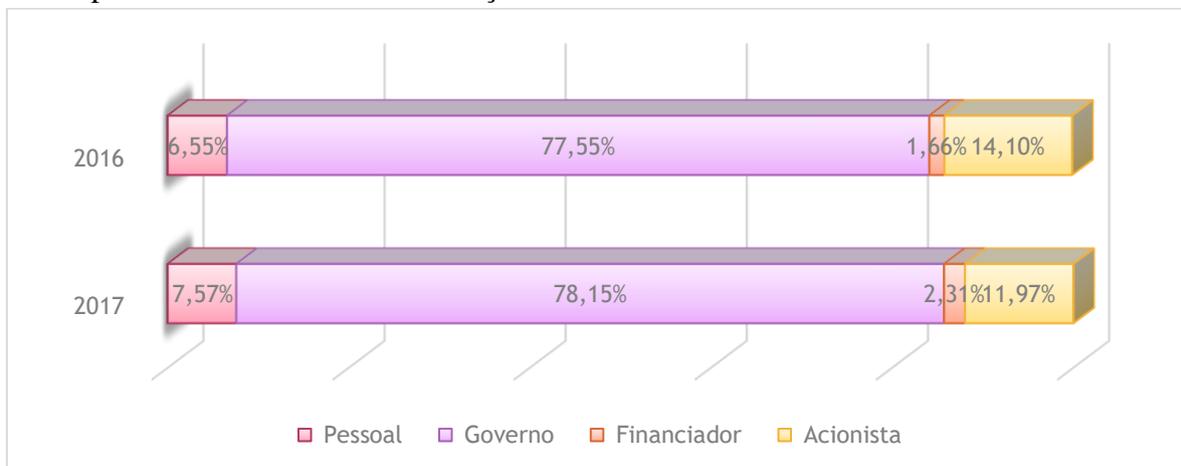
Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 2.608 mil, comparado com o de 2016 R\$ 3.261 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 21.626 mil, enquanto que em 2016 ficou em R\$ 23.068 mil.

EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço- DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 3.021 mil em 2017 e R\$ 3.562 mil em 2016, uma redução de 15,13, desempenho que teve como principal fator a redução da receita operacional líquida

Valor Adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Mux energia foi de 20.640 mil, representando 55,16% da Receita Operacional Bruta. Em 2016 foi de R\$ 21.608 mil e representava 54,80%. Apresentamos abaixo a distribuição do valor adicionado – DVA:



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

Os investimentos realizados pela empresa em 2017 totalizaram R\$ 1.255 mil sendo que o maior incremento foi em linhas e redes de distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 872 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. A usina hidrelétrica Avante também passou por melhorias em seus equipamentos, representando um incremento de 119 mil.



Investimentos	2017	%	2016	%
Obras de Geração	119	9,48	515	38,87
Obras de Distribuição	872	69,49	805	60,75
Instalações gerais	264	21,03	5	0,38
Total dos Investimentos	1.255	100,00	1.325	100,00
Origem dos Recursos				
Recursos Próprios	1226	97,69	1079	81,43
Clientes	29	2,31	246	18,57
Total dos Recursos	1.255	100,00	1.325	100,00

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

De acordo com a legislação setorial a Mux energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2017, a Mux Energia pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 800 mil (R\$ 770 mil em 2016), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social. Normalmente 50% do lucro líquido de cada exercício tem sido destinado aos quotistas.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela qualidade total – A MUX ENERGIA possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2017 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo



de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da MUX ENERGIA em dezembro de 2017. Pelo 3º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio IASC Brasil concessionárias. IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25.000 entrevistas.

As empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo IASC. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional. Os resultados do IASC são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Mensagem de Agradecimento

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 03 de abril de 2018.

Rogério Zimmermann Döering

Diretor Presidente

CPF: 467.985.280-15



BALANÇO SOCIAL ANUAL

BALANÇO SOCIAL em 31 de dezembro de

							Legislação Societária					
							Valores expressos em milhares de reais					
							<u>2017</u>			<u>2016</u>		
1. Base de Cálculo												
Receita Líquida(RL)						21.626				23.068		
Lucro Operacional(RO)						2.621				3.192		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)						2.042				1.880		
2. Indicadores Sociais Internos												
			% sobre					% sobre				
		Valor	FPB	RL		Valor	FPB	RL				
Encargos Sociais		484	23,70	2,24		449	23,88	1,95				
Alimentação		105	5,14	0,49		91	4,84	0,39				
Segurança		3	0,15	0,01		3	0,16	0,01				
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		15	0,73	0,07		-	-	-				
Outros		5	0,24	0,02		1	0,05	0,00				
TOTAL		612	29,97	2,83		544	28,94	2,36				
3. Indicadores Sociais Externos												
			% sobre					% sobre				
		Valor	RO	RL		Valor	RO	RL				
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)		16.649	635,22	76,99		17.569	550,41	76,16				
Contrib. p/a Sociedade		27	1,03	0,13		24	0,75	0,10				
TOTAL		16.676	636,25	77,11		17.593	551,16	76,27				
4. Indicadores Corpo Funcional												
			Nº de Empregados					Nº de Empregados				
Nº Empreg. ativos início ano			23				22					
Nº Admissões no ano			6				3					
Nº Demissões no ano			5				2					
Nº Empreg. ativos fim ano			24				23					
Escolaridade												
Superior			7				9					
Ensino Médio			9				9					
Ensino Fundamental			8				5					
Faixa Etária dos Empregados												
Até 30 de idade			6				3					
De 31 a 40 anos			7				9					
De 41 a 50 anos			9				7					
Superior a 50			2				4					
Mulheres que trabalham na empresa			7				6					
Menor Aprendiz			1				1					
Nº de ações trabalhistas movidas contra a empresa			0				0					
5. Informações referente ao exercício da cidadania												
Nº total de acidentes de trabalho			0				0					
Relação entre a maior e menor remuneração			17,60				17,58					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:												
			(x) direção				(x) direção					
			() direção e gerências				() direção e gerências					
			() todos os empregados				() todos os empregados					
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:												
			(x) direção				(x) direção					
			() direção e gerências				() direção e gerências					
			() todos os empregados				() todos os empregados					
Nº total de reclamações e críticas dos consumidores			26				73					
Valor adicionado a distribuir(em milhares de reais)			21.801				23.096					
Distribuição do Valor Adicionado - DVA				%				%				
	Governos			78,16			Governos	77,66				
	Pessoal			7,57			Pessoal	6,56				
	Acionistas			11,97			Acionistas	14,12				
	Financiadores			2,31			Financiadores	1,67				



BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		13.917	13.688
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.879	9.553
Consumidores	5	3.383	2.773
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	221	189
Serviços em Curso	7	66	-
Estoque		553	622
Despesas Pagas Antecipadamente		155	192
Ativos Financeiros Setoriais	12	1.528	273
Outros Ativos Circulantes	8	132	86
NÃO CIRCULANTE		7.449	7.016
Consumidores	5	620	620
Tributos a Compensar	6	119	108
Ativo Financeiro da Concessão	9	292	286
Investimentos	10	300	285
Intangíveis	11	6.118	5.717
TOTAL DO ATIVO		21.366	20.704
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.387	5.190
Fornecedores	13	1.921	1.612
Salários e Encargos a Pagar	14	292	260
Tributos e Contribuições Sociais	15	816	540
Encargos Setoriais	16	836	766
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17	680	655
Passivos Financeiros Setoriais	12	555	918
Outros Passivos Circulantes		287	439
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.979	15.514
Capital Social		7.500	7.500
Reservas de Lucros		8.479	8.014
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.366	20.704

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais		
	Nota	2017	2016
RECETTA OPERACIONAL BRUTA		37.414	39.026
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	21	(15.788)	(15.958)
Impostos Estaduais		(8.441)	(9.111)
Impostos Federais		(3.231)	(3.561)
Impostos Municipais		(11)	(11)
Encargos Setoriais		(4.104)	(3.275)
RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA		21.626	23.068
CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	22	(14.140)	(15.123)
CUSTO DA OPERAÇÃO	23	(4.865)	(4.753)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.621	3.192
RECETTA (DESPESA) FINANCEIRA	24	47	508
RESULTADO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		2.668	3.700
Imposto de Renda		(618)	(874)
Contribuição Social		(242)	(335)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.808	2.491
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		800	770
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.608	3.261

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	7.500	6.204	-	-	13.704
Dividendos Pagos	-	(680)	-	-	(680)
Aquisição de quotas próprias	-	-	-	-	-
Distribuição das quotas em tesouraria	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(770)	-	(770)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.261	-	3.261
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	2.491	(2.491)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	7.500	8.014	-	-	15.514
Dividendos Pagos	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Aquisição de quotas próprias	-	(143)	-	-	(143)
Distribuição das quotas em tesouraria	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(800)	-	(800)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.608	-	2.608
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.808	(1.808)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7.500	8.479	-	-	15.979

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
em 31 de dezembro de

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de reais	
	2017	2016
Atividades Operacionais	1.432	3.887
Lucro Líquido do Exercício	2.608	3.261
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	616	378
Amortização	400	370
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(331)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	211	339
Variações no ativo circulante	(1.990)	285
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(610)	950
(Aumento) Redução Serviços em Curso	(66)	-
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(32)	(3)
(Aumento) Redução Estoque	14	(117)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	36	(184)
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(1.300)	7
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(32)	(368)
Variações no passivo circulante	198	(36)
Aumento (Redução) Fornecedores	309	(367)
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	33	11
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	276	24
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	69	(410)
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	(489)	705
Atividades de Investimento	(962)	(884)
Aquisições do Ativo Intangível	(1.001)	(1.130)
Contribuição e Doações do Consumidor	39	246
Atividades de Financiamento	(2.144)	(1.449)
Pagamento de dividendos	(1.200)	(680)
Aquisição de quotas próprias	(143)	-
Juros sobre o capital próprio	(800)	(770)
Total dos efeitos no caixa	(1.674)	1.554
Saldo inicial de caixa	9.553	7.999
Saldo final de caixa	7.879	9.553
Varição no caixa	(1.674)	1.554

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais			
	2017	%	2016	%
Receitas	37.414		39.428	
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.414		39.428	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(16.374)		(17.450)	
Custo da Energia Comprada	(14.140)		(15.123)	
Materiais	(292)		(207)	
Serviços de Terceiros	(500)		(278)	
Outros	(1.442)		(1.842)	
(=) Valor Adicionado Bruto	21.040		21.978	
(-) Quotas de depreciação	(400)		(370)	
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária	20.640		21.608	
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências	1.161		1.488	
Receitas Financeiras	1.161		1.488	
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	21.801	100,00%	23.096	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	1.650	7,57%	1.515	6,56%
Remunerações	1.387	6,36%	1.304	5,65%
Encargos Sociais (exceto INSS)	134	0,62%	115	0,50%
Convênio assistencial e outros benefícios	129	0,59%	96	0,41%
Governo	17.040	78,16%	17.935	77,66%
INSS (sobre folha de pagamento)	391	1,80%	366	1,58%
ICMS	8.441	38,72%	9.110	39,45%
Imposto de renda e contribuição social	861	3,95%	1.209	5,23%
Outros	7.347	33,70%	7.250	31,39%
Financiadores	503	2,31%	385	1,67%
Despesas financeiras	314	1,44%	210	0,91%
Aluguéis	189	0,86%	175	0,76%
Acionistas	2.608	11,96%	3.261	14,12%
Remuneração do capital próprio	800	3,67%	770	3,33%
Lucros retidos	1.808	8,29%	2.491	10,78%
Valor adicionado (médio) por empregado	872		1.004	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Informações sobre a Companhia

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações financeiras em ambos os períodos apresentados.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

03 – Principais Práticas Contábeis

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle

qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1- Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros bens como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculadas de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis –CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 e a emissão do Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2014, tornaram obrigatório na contabilidade societária o reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a companhia passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações societárias.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição- VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 ICPC 01 – OCPC 05- Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.13- Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários à vista	103	656
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.776	8.897
	7.879	9.553

05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes e Outros estão compostos da seguinte forma:

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias			2017	2016
Residencial	1.213	1	23	1.237	(21)	1.216	1.000
Industrial	980	-	599	1.579	(599)	980	899
Comercial	691	1	7	699	(8)	691	586
Rural	6	-	-	6	-	6	3
Poder Público	45	-	-	45	-	45	32
Iluminação Pública	99	-	-	99	-	99	76
Serviço Público	86	-	-	86	-	86	76
Consumidor Livre	49	-	-	49	-	49	55
Subtotal	3.169	2	629	3.800	(628)	3.172	2.727
Serviço Taxado	12	-	-	12	(1)	11	9
Outros Créditos	43	-	21	64	(21)	43	(3)
Renda não faturada	777	-	-	777	-	777	660
Participação Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.001	2	650	4.653	(650)	4.003	3.393

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Principais Práticas Contábeis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

O valor a receber de R\$ 620 mil de Consumidores (Fornecimento de Longo Prazo) referem-se a faturas de energia elétrica nº 4134 (faturamento outubro/2014) e 10.499 (faturamento novembro/2014) da empresa Laticínios Bom Gosto S.A. CNPJ nº 94.679.479/0001-88. Foram transferidas para Longo Prazo e constituída a referida PCLD conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e a legislação do Imposto de Renda.

06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Imposto de Renda - IRPJ	-	6
Contribuição Social - CSLL	-	4
ICMS a Compensar	9	-
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	83	69
Programa de Integração Social - PIS	23	20
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	106	90
	<u>221</u>	<u>189</u>
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	119	108
Total	<u>340</u>	<u>297</u>

O ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado são créditos fiscais referente à compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser efetuado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Os demais impostos serão compensados nos recolhimentos dos tributos calculados na competência seguinte.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D desenvolvidos pela Concessionária, os quais fazem parte dos encargos setoriais. No ano de 2017 foi firmado com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Romagnole Produtos Elétricos SA e Fox Iot Soluções em Equipamentos e Engenharia, projeto e desenvolvimento de transformador de distribuição de elevada eficiência e reduzida relação peso/potência com sistema de sensores e comunicação sem fio na fase cabeça de série.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	66	-
	<u>66</u>	<u>-</u>

08 – Outros Ativos Circulantes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros Devedores	55	76
Proinfa Recolhimento Antecipado	-	-
Subsídios Tarifários *	77	10
	<u>132</u>	<u>86</u>

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de

distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras. O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Cota de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da a) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação das quotas; b) risco hidrológico das quotas; e c) ESS – Encargo de serviços do sistema (usinas térmicas).

09 – Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01(IFRIC 12), a Concessionária tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	286	
Transferência do Intangível	6	
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-	
Saldo final do Ativo Financeiro	292	
		2017
		2016
Ativo Financeiro da Concessão	292	286
Ativo Intangível da Concessão	6.119	5.717
Total Contrato de Concessão	6.411	6.003

Contrato de Concessão da Concessionária

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que a Mux Energia em 11/10/2012 protocolou requerimento na ANEEL formalizando interesse na prorrogação da concessão. Em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados

a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A **resolução ANEEL nº 20/1999 (Revogada pela REN ANEEL 691 de 08.12.2015)**, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

	2017	2016
Participações Societárias Permanentes	232	216
Outros Investimentos	68	69
	300	285

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2017	2016
Em serviço (Líquido)	7.366	6.801
Em Curso	33	226
Obrigações especiais (Líquida)	(1.280)	(1.310)
	6.119	5.717

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

	Serviço	Curso	Total
Saldo em 31/12/2016	5.491	226	5.717
Adições	-	1.780	1.780
Baixas	(458)	-	(458)
Amortização	(227)	-	(227)
Transferência - Ativo Intangível	1.244	(1.973)	(729)
Transferência - Ativo Financeiro	6	-	6
Obrigações Especiais	30	-	30
Saldo em 31/12/2017	6.086	33	6.119

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações

	2017	2016
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	1.082	1.043
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	287	287
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	306	-
Amortização	(307)	(232)
Participações em Curso	(127)	173
	1.280	1.310

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Ativos e Passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5, a Companhia reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os quais divulga abaixo: Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A” – CVA

Ativo	2017	2016
Reajuste Tarifário de 2017 (em Compensação)		
Parcela A	316	0
Demais ativos financeiros setoriais	-	-
	316	0
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2018		
Parcela A	1.212	178
Demais ativos financeiros setoriais	-	95
	1.212	273
Total	1.528	273
Passivo	2017	2016
Reajuste Tarifário de 2017 (em Compensação)		
Parcela A	200	763
Demais ativos financeiros setoriais	130	131
	330	894
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2018		
Parcela A	76	24
Demais ativos financeiros setoriais	42	-
Devoluções Tarifárias	107	0
	225	24
Total	555	918

CVA: Conta de compensação de Variação de Custos da Parcela “A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a Parcela “A” são: CDE, PROINFA, Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados e atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado da competência.

13 – Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Energia Elétrica	1.720	1.534
Materiais e Serviços	201	78
	<u>1.921</u>	<u>1.612</u>

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Concessionária, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

14– Salários e Encargos a Pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Folha de Pagamento Líquida	86	82
Férias	177	148
Tributos Retidos na Fonte	26	26
Consignações em Folha	4	4
Total	<u>293</u>	<u>260</u>

15– Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	55	48
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	255	221
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	265	159
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	42	41
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	10	10
Tributos Retidos na Fonte	45	41
Imposto sobre Serviços	1	1
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	97	-
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	46	19
Total	<u>816</u>	<u>540</u>

16 – Encargos Setoriais De acordo com o descrito no item 3.9, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	7	6
Ministério das Minas e Energia - MME	4	3
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	244	281
Programa de Eficiência Energética - PEE	385	279
PROCEL	14	11
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	179	126
Encargos de Capacidade Emergencial	-	-
Taxa de Fiscalização	3	3
Adicional Bandeira Tarifária	-	57
Total	<u>836</u>	<u>766</u>

17 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2017, a Empresa optou por creditar aos acionistas Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 800 mil.

Na Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2017, a distribuição foi no valor de R\$ 1.200 mil, referente a lucros acumulados de exercícios anteriores.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	800	770
Imposto de renda retido sobre JSCP	(120)	(115)
Dividendos	-	-
	<u>680</u>	<u>655</u>

18 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 7,5 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

19 – Receita Operacional Líquida

Receita	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento- Faturado					32.630	36.791
Residencial	9.528	9.306	18.230	17.807	12.258	12.478
Industrial	82	87	24.444	29.875	10.813	14.346
Comercial	1.590	1.572	10.561	10.456	6.944	7.282
Rural	24	24	224	79	92	28
Poder Público	82	81	772	790	497	535
Iluminação Pública	6	6	3.242	3.102	1.109	1.044
Serviço Público	16	16	1.568	1.769	917	1.078
Uso da Rede Elétrica de Distribuição					945	12
Consumidores Livres	1	1	8.334	2.646	828	12
Fornecimento Não Faturado					117	0
* Obrigações Especiais (-)					-108	-89
Ativo Financeiro Setorial Líquido					1.831	-537
Outras Receitas					2.116	2.849
Receita da Construção					1.106	1.589
Outras Receitas Operacionais (nota 20)					1.010	1.260
Receita Operacional Bruta					37.414	39.026
Deduções						
Tributos						
PIS					576	635
COFINS					2.655	2.926
ICMS					8.441	9.111
ISS					11	11
Subtotal					11.684	12.683
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D					98	94
Programa de Eficiência Energética - PEE					98	94
Conta de Desenvolvimento Energético					3.001	3.462
Taxa de Fiscalização					30	27
Adicional de Bandeiras Tarifárias					877	-402
Subtotal					4.104	3.275
Total de Deduções da Receita					15.788	15.958
Total Receita Operacional Líquida					21.626	23.068

Obs.: O valor expresso foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

20 – Outras Receitas Operacionais

	2017	2016
Arrendamentos e Aluguéis	15	16
Renda da Prestação de Serviços	66	50
Compartilhamento de Infraestrutura	286	230
Subvenção Residencial Baixa Renda	93	112
Subsídios Tarifários	428	724
Serviço Taxado	71	67
Outras Receitas	51	61
Total	1.010	1.260

21 – Custo com Energia Elétrica

	Quantidade em MWh		Milhares de R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia comprada				
Compra de Energia	57.124	63.439	11.590	13.047
Proinfa	1.642	1.524	496	509
Bolha Financeira	-	-	-	696
Microgeração	0,02	0,07	8	3
Subtotal	58.766	64.963	12.094	14.255
Crédito Pis e Cofins			(1.155)	(1.376)
			10.939	12.879
Uso da Rede de Energia				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			3.518	2.470
Crédito Pis e Cofins			(317)	(226)
			3.201	2.244
	58.766	64.963	14.140	15.123

22 – Custo da Operação

	2017	2016
Custo da Operação		
Pessoal	1.627	1.367
Administradores	415	513
Material	292	207
Serviço de Terceiros	500	278
Arrendamentos e Aluguéis	189	175
Seguros	16	8
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5	(331)
Tributos	44	14
Amortização	400	370
(-) Recuperação de Despesas	(27)	(29)
Outros Gastos	230	418
Custo da Construção	1.106	1.589
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	68	174
Total	4.865	4.753

23 – Receitas e Despesas Financeiras

	2017	2016
Receita Financeira		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	777	1.078
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	159	216
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	147	41
Outras Receitas Financeiras	142	245
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(64)	(92)
	1.161	1.488
Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(800)	(770)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(257)	(148)
Outras Despesas Financeiras	(57)	(62)
	(1.114)	(980)
Resultado Financeiro	47	508

24 – Instrumentos Financeiros

Risco de Crédito: O risco surge pela possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Concessionária como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Concessionária dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Concessionária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

25 – Seguros

A empresa mantém segurados alguns de seus bens imóveis, sendo estes de forma regular e renovados anualmente.

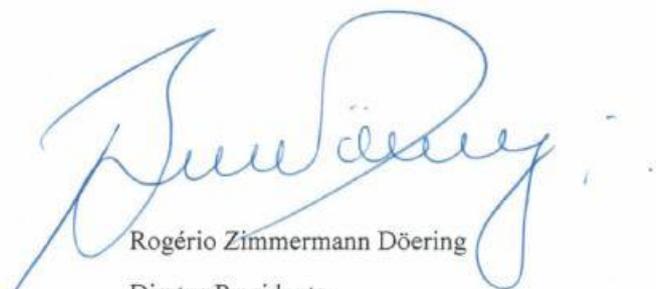
Descrição	Inc./Raio/Expl.	Vend./Granizo	Danos Eletr./Outros	Início	Término
Imóveis	500	100	10	12/2017	12/2018
	160	10	0	12/2017	12/2018
	350	20	10	12/2017	12/2018
Veículos	Danos Mat.	Danos Pes.	Morte/Danos Morais		
	720	720	308	05/2017	05/2018
Seguros Pessoal/Indiv.	Morte	Invalidez			
	56	56	Vencimento mensal		

26 – Ajuste a Valor de Presente

Considerando as disposições do CPC 12 e por se tratar de valores irrelevantes nas contas dos clientes, outros créditos e fornecedores, não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.

27 – Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societária e regulatória da Concessionária estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.



Rogério Zimmermann Döering
Diretor Presidente
CPF: 467.985.280-15



Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CRC: RS 55.496-O/8
CPF: 494.609.860-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Muxfeldt Marin E Cia. Ltda. – Mux Energia

Tapejara - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa Muxfeldt Marin E Cia. Ltda. – Mux Energia que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da empresa Muxfeldt Marin E Cia. Ltda. – Mux Energia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 02 de abril de 2018.



ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 43890.0-9 - CNAI 1076
CPF 437477870-53



PEGASUS AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CNPJ 06.951.205/0001-39 - CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.305